

BOAS PRÁTICAS

Políticas para retratar artigos

Um levantamento feito com editores de 174 revistas científicas de várias áreas do conhecimento, todas com fator de impacto elevado, mostrou que 65% delas dispõem de políticas para lidar com retratações de artigos científicos, ou seja, com a desqualificação e o cancelamento de *papers* publicados em virtude da descoberta de erros ou fraudes. Esse percentual, divulgado em artigo na edição de julho do *Journal of the Medical Library Association*, é três vezes maior que o registrado numa pesquisa de 2004 com 122 publicações da área biomédica. Segundo os autores do levantamento, é plausível concluir que cresceu o número de revistas com normas para retratação porque seus editores se tornaram mais conscientes da importância de enfrentar o problema. “Isso ajuda a corroborar a hipótese de que o número de retratações de artigos vem crescendo nos últimos 10 anos porque mais publicações adotaram políticas para lidar com elas”, afirma o trabalho assinado por David Resnik e Grace Kissling, ambos do National Institute of Environmental Health Sciences dos Estados Unidos, e Elizabeth Wager, ex-presidente do Committee on Publication Ethics (Cope), fórum de 9 mil editores científicos dedicado à discussão sobre ética na pesquisa.

O estudo avaliou a origem das regras adotadas. Na metade dos casos, as políticas foram definidas pelos próprios editores. Em outros 30%, basearam-se parcialmente em recomendações do Cope, que lançou em 2009 orientações sobre o tema. E, para outros 6%, as normas eram integralmente inspiradas em sugestões do Cope. Outras fontes, como o International Committee of

Medical Journal Editors (ICMJE), também foram mencionadas.

Entre as revistas com políticas para retratações, 94% permitem que um artigo seja cancelado sem que os autores concordem com a decisão. Da mesma forma, 53% das publicações se permitem publicar declarações de preocupação, que são alertas sobre possíveis irregularidades em um artigo que ainda estão sendo averiguadas, sem autorização dos responsáveis. Segundo os pesquisadores, esse tipo de garantia é importante porque nem sempre os autores concordam com a retratação ou com a investigação e as revistas necessitam de instrumentos para preservar a integridade de seus registros.

Entre as que ainda não têm regras para retratações, a maioria é especializada em artigos de revisão, aqueles que compilam e analisam dados da literatura existente, sem divulgar dados inéditos. Segundo os autores, essas publicações não se



DANIEL BUENO

sentem compelidas a criar políticas sobre retratação porque raramente registram casos de falsificação ou fabricação de dados. A recomendação, porém, é que tais revistas também adotem normas para enfrentar o problema. “Elas podem lidar com autores que plagiaram outras publicações”, escreveram os pesquisadores.

Desdobramentos de investigações

Há desdobramentos recentes nas investigações sobre um inusitado tipo de fraude, em que o processo de revisão de artigos de algumas editoras foi manipulado por um esquema criminoso (ver Pesquisa FAPESP nº 201). A editora Hindawi, com sede no Cairo, responsável por mais de 400 publicações em acesso aberto, anunciou os resultados de uma auditoria que analisou 57 mil artigos publicados entre 2013 e 2014. Concluiu que 32 *papers* em biologia molecular e engenharia de computação tiveram a publicação recomendada por revisores que, na verdade, não existiam: perfis e contas de *e-mail* falsos foram

inseridos nas bases de dados dos periódicos. Segundo comunicado da Hindawi, a fraude foi cometida por três editores: o iraniano Amir Kajbafvala, do *Journal of Nanoparticles*, o chinês Yuxin Mao, da *Mathematical Problems in Engineering*, e o sul-coreano Jason J. Jung, do *International Journal of Distributed Sensor Networks*. Em outro desdobramento, a plataforma BioMedCentral, do Reino Unido, mudou o texto da retratação de um artigo manipulado pelo esquema, publicado na *Diagnostic Pathology*, alertando que não existem evidências sobre a participação dos autores do *paper* na fraude.